



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA DE CONFORMIDADE Nº 03/2018**

### **OBJETO**

Auditoria ordinária de conformidade na execução dos contratos nº 055/2012 e nº 022/2012, firmados pela Secretaria de Transportes e Infraestrutura Urbana - SETRAN com os fornecedores SR Vitória Consórcio e SINALES Sinalização Espírito Santo Ltda.

### **ÁREA AUDITADA**

**Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura Urbana - SETRAN**

**Rodrigo Monjardim Vallorini**  
**Secretário da Controladoria Geral do Município**  
**Em exercício**

**Solange Cardoso Malta Nogueira**  
**Subsecretária de Controle Interno e Auditoria**

**José Luiz Modolo**  
**Gerente de Auditoria**

**Luiz Cláudio Passos**  
**Assessor Técnico**

**Vitória (ES), 17 de julho de 2018.**



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA DE CONFORMIDADE Nº 03/2018

### I – INTRODUÇÃO

O Controlador Geral do Município de Vitória, no uso de suas atribuições legais, dispostas nas Leis Municipais números 6.529/2005 e 8.530/2013, Decretos Municipais números 15.881/2014, 16.561/2015 e 17.009/2017 e Portaria CGM nº 01/2018, que estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o exercício de 2018 e Autorização de Serviço de Auditoria – ASA nº 03/2018, realizou auditoria ordinária de conformidade na Execução dos contratos nº 055/2012 e nº 022/2012, firmados pela Secretaria de Transportes e Infraestrutura Urbana - SETRAN com os fornecedores SR Consórcio Vitória e SINALES Sinalização Espírito Santo Ltda, respectivamente, conforme sugerido nas Instruções Normativas números 34/2015, 40/2016 e 43/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES.

### II – OBJETIVO

Verificar os procedimentos legais e formais na execução dos contratos, compreendendo: atendimento as recomendações da PGM e CGM, execução, empenho, liquidação, pagamento, efetividade e eficiência.

### III – ABRANGÊNCIA/AMOSTRAGEM

Abrangência:

Universo de Contratos vigentes em 2018 de secretarias municipais extraídos do Sistema de ContratosWEB.

Amostragem:

Do universo de contratações vigentes em 2018 por secretarias municipais foram excluídas as contratações: de obras e serviços de engenharia; de comodatos; sem valor; de permissões de serviços de taxi; de valor igual ou inferior a R\$ 100.000,00.

Após as exclusões, a população de contratos para amostragem, totalizou 286 contratos. Aplicou-se a Tabela PHILIP KLOTTER alcançando uma amostra de 42 contratos a serem auditados. Em seguida apurou-se a proporcionalidade dos contratos, contemplando todas as secretarias.

O critério de seleção adotado foi as contratações de maior valor por Secretaria. No processo de amostragem não foram selecionados os contratos de fornecedores comuns entre as Unidades Gestoras - UGs, respeitando o objeto da contratação.

Para a SETRAN a amostra indicou os contratos relacionados abaixo:

Número do Contrato	Processo/Ano	Fornecedor	Valor Total	Objeto
055/2012	4196479/2011	Sr Vitoria Consorcio	18.724.873,80	Execução dos serviços de manutenção, reforma e expansão da sinalização semafórica, nesta capital, sob o regime de empreitada por preço unitário. Através de Consórcio.
022/2012	1071875/2011	Sinales Sinalização Espírito Santo Ltda.	11.936.254,15	Execução dos serviços de implantação, remoção e manutenção de Sinalização Vertical e Horizontal - Lote 2, nesta capital.

#### IV – METODOLOGIA E TÉCNICA

Entrevista, análise documental, exame dos registros, inspeção física, conferência de cálculos e correlação das informações obtidas.

#### V - PERÍODO DE EXECUÇÃO

De 07 de maio a 31 de julho de 2018, compreendendo: levantamentos preliminares trabalho de campo e relatório.







Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## VI – BASE LEGAL

Vide ANEXO I.

## VII – DESENVOLVIMENTO

Aplicou-se teste de auditoria nos procedimentos legais e formais na execução do contrato, compreendendo: atendimento as recomendações da PGM e CGM, execução, empenho, liquidação, pagamento, efetividade e eficiência, abrangendo análise nos processos nº4196479/2011, contrato nº 055/2012, firmado em 24/10/2012, sob a forma de consórcio, estabelecido entre as empresas Sinales Sinalização Espírito Santo Ltda e Rota Indústria e Comércio Ltda, no valor total de R\$ 6.241.624,58, para execução dos serviços de manutenção, reforma e expansão da sinalização semaforica, nesta capital e processo nº 1071875/2011, contrato nº 022/2012, firmado em 20/04/2012, com a empresa Sinales – Sinalização Espírito Santo Ltda., no valor total de R\$ 3.200.061,73 para execução dos serviços de implantação, remoção e manutenção de sinalização vertical e horizontal, nesta capital.

Além dos referidos processos de contratação, foram examinados os processos de pagamentos números: 608199/2018, 1253949/2018 e aditamentos constantes dos processos números: 5466880/2014, 5098823/2016 e 5368732/2017 da empresa SR Vitória Consórcio e os processos de pagamentos números: 607875//2018 e 1135940/2018 e aditamentos constantes dos processos números: 5911605/2012, 3488384/2013, 1816352/2014, 217293/2016 e 990790/2017 da empresa SINALEs Sinalização Espírito Santo Ltda, além da realização de inspeção física para verificação quanto à sua execução, evidenciando-se:

### 1 Ausência nos autos da Garantia Contratual estabelecida em Contrato

Conforme previsto nos contratos nº 055/2012 e nº 022/2012 em sua Cláusula Oitava – Da Garantia, havendo prorrogação do prazo a Contratada deverá reapresentar



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

quaisquer modalidades de garantia previstas no contrato. Na análise dos autos não se evidenciou comprovação de reapresentação da Garantia Contratual com cobertura para as prorrogações contratuais contempladas nos aditivos nº 2 e nº 4 do contrato nº 055/2012 e nos aditivos nº 2, nº 3 e nº 5 do contrato nº 022/2012, bem como, constatou-se ausência de lançamento de todas as garantias apresentadas pela Contratada no Sistema de Contratos (ContratoWeb) da PMV.

### **Recomendação**

No intuito de assegurar que a contratada cumpra efetivamente as obrigações contratuais, tornando possível a Administração, em caso de descumprimento do contrato, suprir eventuais prejuízos, recomenda-se à SETRAN/GFT a verificação e apresentação documental da Garantia Contratual exigida e providências quanto ao devido registro nos Sistemas Contábil e de Contratos da PMV.

### **2 Ausência de registro do contrato no Sistema de Contratos (ContratoWeb)**

Constatou-se no Sistema de Contratos informações da presente contratação, contudo observou-se que não estão lançados os anexos contendo os serviços a serem executados e a planilha de custos dos serviços e materiais constantes da proposta da Contratada, o qual, conforme consta na cláusula Primeira dos instrumentos contratuais nº 055/2012 e nº 022/2012, são partes integrantes dos respectivos contratos.

### **Recomendação**

Recomenda-se registrar no Sistema de Contrato (ContratoWeb), junto aos anexos dos contratos, as planilhas de custos dos serviços e materiais constantes da proposta da contratada com o intuito de disponibilizar os contratos em sua íntegra.





Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

### **3 Ausência de designação formal do Fiscal do Contrato**

A Cláusula Sexta – que trata da fiscalização dos contratos nº 055/2012 e nº 022/2012, prevê que a execução dos serviços contratados será acompanhada por representante do Contratante, contudo não se constatou nos autos dos Processos nº 4196479/2011 e nº 1071875/2011 a designação formal dos fiscais e gestores para este fim quando do início da execução dos serviços.

#### **Recomendação**

Recomenda-se juntar aos autos as designações formais, inclusive com a ciência dos gestores e fiscais dos respectivos contratos, do período de início dos serviços, inclusive as alterações que por ventura tenham ocorrido no período de vigência dos contratos em análise.

### **4 Falta de registro próprio de ocorrências na execução do contrato**

A Lei Federal nº 8.666/93, na Seção IV que trata da execução dos contratos, prevê em seu art. 67, § 1º que o representante da Administração, anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Os contratos vigentes (nº 055/2012 e nº 022/2012) fazem menção em sua Cláusula Sétima, ao registro de toda e qualquer ocorrência em relação à execução do contrato.

Em inspeção na SETRAN/GFT não se evidenciou registro próprio sobre possíveis ocorrências relacionadas a execução do contrato.

#### **Recomendação**

Recomenda-se que seja adotado, conforme prevê o art. 67 da Lei Federal nº 8666/93 e a Cláusula Sétima dos contratos vigentes (nº 055/2012 e nº 022/2012),



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

registro próprio para toda e qualquer ocorrência advinda da execução do contrato, desta forma, dando maior transparência às relações entre as partes contratantes, inclusive, resguardando a Administração quanto a questionamentos futuros.

## **5 Fragilidades na apresentação de documentos exigidos na liquidação e pagamento**

- a) Constatou-se nos autos dos processos de pagamento nº 608199/2018 e nº 1253949/2018, referentes ao contrato nº 055/2012, que não foram acostadas aos autos as folhas de ponto (controle de horas) das empresas Consorciadas, conforme prevê a Cláusula Terceira, item 3.5.2, "f" do instrumento contratual.

### **Recomendação**

Como forma de garantir o cumprimento da legislação quanto aos procedimentos para atestação de faturas/notas fiscais referentes aos contratos em execução na PMV, recomenda-se observância às determinações da Portaria Conjunta nº 001/2007-CGM/PGM e da Portaria CGM nº 011/2017 de 06/09/2017 que veio instituir novo Check List como instrumento obrigatório a todos os servidores que atuam na gestão e fiscalização dos contratos administrativos da PMV;

- b) Nos processos de pagamentos examinados, nº 60819/2018, nº 1253949/2018 referentes ao fornecedor SR Vitória Consórcio e processos nº 607875/2018 e nº 11355940/2018 referentes ao fornecedor SINALES Sinalização Espírito Santo Ltda, verificou-se que foram apresentadas as medições de execução dos serviços pelas empresas contratadas, conforme previsto em contrato, contudo, não consta nos autos elementos que comprovem a efetiva prestação dos serviços e aplicação dos materiais relacionados na planilha de medição.

## **Recomendação**

Demonstre-se nos processos de pagamento as ordens de serviço, objeto dos serviços executados, o local onde os serviços foram executados, data do início e término, valor, os locais onde os serviços, materiais e mão de obra foram aplicados ou, na inviabilidade de anexar estes documentos, juntar aos autos de pagamento, relatório emitido pelo fiscal do contrato contendo todas as informações que comprovem a aplicação de materiais, equipamentos e execução dos serviços, nº da ordem de serviço, o local, data de início e término e valor, constantes da planilha de medição da contratada.

## **6 Fragilidades na fiscalização e execução do contrato**

- a) Constatou-se que a fiscalização dos serviços executados em campo é realizada por técnico da SETRAN/GFT que acompanha as equipes da Contratada durante a execução dos serviços, atestando e aprovando sua conclusão, não ocorrendo desta forma, o acompanhamento do serviço pelo fiscal designado formalmente para a fiscalização do contrato;

## **Recomendação**

Recomenda-se que o fiscal do contrato atue ativamente na fiscalização dos serviços executados pela contratada, visto o que dispõe a Cláusula Sexta dos contratos em análise, que atribui ao fiscal à verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, bem como atestar a execução dos serviços, objeto do contrato.

- b) Não se identificou rotina de fiscalização a fim de verificar se as empresas contratadas fornecem os equipamentos de proteção individual aos funcionários envolvidos na prestação dos serviços e se os mesmos estão devidamente uniformizados, conforme previsto nos Termos de Referência que são partes integrantes dos contratos em análise;





Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

### **Recomendação**

Recomenda-se a SETRAN/GFT adotar rotinas de verificação quanto aos fornecimentos pelas contratadas dos equipamentos de proteção Individual (EPI) a seus funcionários, com o intuito de preservar a segurança dos mesmos na execução dos serviços contratados, evitando possível responsabilização da Municipalidade em caso de acidentes.

- c) Constatou-se ausência de rotina de fiscalização na formação das equipes prestadoras do serviço e verificação se os veículos utilizados na execução dos serviços estão de acordo com as especificações constantes dos Termos de Referência que são partes integrantes dos contratos auditados;

### **Recomendação**

Recomenda-se a SETRAN/GFT adotar rotinas de verificação quanto a formação das equipes prestadoras do serviço e quanto aos equipamentos e veículos utilizados, com o intuito de assegurar que os mesmos estão em conformidade com os exigidos na contratação, visto que esta exigência compõe os custos dos serviços contratados.

- d) Não há registro específico anotado pela SETRAN/GFT dos horários que o operador de Central, funcionário da Contratada, permanece na Central, bem como, a comprovação de permanência de Engenheiro na Central Semafórica, conforme previsto no Termo de Referência que é parte integrante do contrato nº 055/2012.

Conforme relato da coordenação da SETRAN/GFT não se justifica a permanência de Engenheiro na Central, visto que já existe engenheiro responsável pela execução do contrato;



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## Recomendação

Recomenda-se a SETRAN/GFT adotar registro próprio de horário de permanência do Operador de Central na prestação do serviço para aferição do cumprimento dos horários exigidos em contrato. Quanto a ausência de Engenheiro na Central Semafórica, não obstante a justificativa apresentada, a SETRAN/GFT deverá avaliar junto a contratada, visto que o custo deste serviço é arcado pelo Município e, constatado que a dispensa do profissional é válida, excluir tal exigência em futuros editais para nova contratação.

- e) Armazenamento inadequado de materiais e equipamentos novos, usados e inservíveis (retirados de operação), misturados e amontoados em diversos locais da SETRAN, bem como, ausência de procedimentos para recuperação de materiais e equipamentos retirados de operação e destinação dos inservíveis para alienação;

## Recomendação

Recomenda-se a SETRAN providenciar medidas de controle apropriadas com acompanhamento concomitante à movimentação e aplicação de materiais e equipamentos, bem como, adotar procedimentos de triagem para recuperação e controle de materiais e equipamentos retirados de uso.

Recomenda-se ainda, que promova levantamentos na sede da SETRAN a fim de definir local adequado para estocar os materiais e equipamentos de modo apropriado, separando os novos dos usados e promovendo estudos para destinar os materiais e equipamentos irrecuperáveis e inservíveis para alienação.

- f) Em visita de inspeção na SETRAN, constatou-se junto ao Coordenador de Sinalização, que a Secretaria não possui uma política de cobrança de danos

à sinalização causados por terceiros, ficando o ônus do prejuízo, caso venha a ocorrer, por conta do município;

### **Recomendação**

Recomenda-se a SETRAN promover esforços na busca de alternativas legais de ressarcimento ao erário nas ocorrências de danos causados por terceiros.

- g) Constatou-se na SETRAN/GFT ausência de registro de controle de movimentação dos materiais novos e reparados, com informação de saldo e entrada e saída de materiais, bem como, adoção de procedimentos para retirada dos materiais novos e registro de instalação de materiais reparados;

### **Recomendação**

Recomenda-se a SETRAN/GFT promover inventário de todos os materiais e equipamentos em seu poder e adotar sistema de registro de entrada e saída de materiais a fim de deter maior controle em seus estoques de materiais e equipamentos novos, recuperados e inservíveis, observando as Normas de Procedimentos SCL-NP 03 "Controle de Estoques" e SPA-NP 02 "Registro, Controle e Inventário de Bens Móveis".

## **VIII – CONCLUSÃO**

O resultado desta auditoria, diante dos pontos elencados, demonstra a necessidade de aperfeiçoamento da gestão de fiscalização dos contratos nº 055/2012 e nº 022/2012.

Ressalta-se que toda a execução do contrato deve ser fiscalizada e acompanhada pelo Fiscal e Gestor designados pela administração, consoante o disposto no art. 67 e art. 70, da Lei Federal nº 8666/93, e o disposto no item 12 do Manual de Gestão





Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

de Contratos da Prefeitura Municipal de Vitória, de modo a evitar possível responsabilização subsidiária da Administração.

Dentre outros pontos, observou-se em especial, quanto à ausência de controle dos materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços o que se recomenda que a SETRAN promova estudos com seus técnicos objetivando aprimoramento nestes controles, inclusive quanto à alienação dos materiais e equipamentos irrecuperáveis e inservíveis que podem ser revertidos em fonte de recursos financeiros a serem aplicados na melhoria da sinalização e sistema de controle de tráfego do município.

É oportuno frisar que a correção das eventuais inconsistências apontadas neste Relatório não deve se restringir às situações nele mencionadas, visto que foram identificadas mediante exame por amostragem, não se podendo descartar, portanto, a possibilidade de ocorrência de outras situações não detectadas.

O trabalho completo desta auditoria encontra-se arquivado na CGM, em pasta própria, contendo todos os dados utilizados na produção deste Relatório.


Vitória, 17 de julho de 2018.

  
Luiz Cláudio Passos  
Assessor Técnico

  
José Luiz Modolo  
Gerente de Auditoria

Aprovado em 19, 07, 2018

  
Solange Cardoso Malta Nogueira  
Subsecretária de Controle Interno e Auditoria

  
Rodrigo Morijardim Vallorini  
Secretario da Controladora Geral do Município  
Em exercício

## ANEXO I - BASE LEGAL

### LEGISLAÇÃO FEDERAL

- a) Lei nº 8.666, de 21/06/1993 (art. 116) - Regulamenta o art. 37 inciso XXI, da CF, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- b) Lei nº 4.320, de 17/03/1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- c) Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- d) Portaria Nº 548/2015 Secretaria do Tesouro Nacional - Dispõe sobre prazos - limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual,
- e) Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP,
- f) Manual de Controle Interno da Controladoria Geral da União – CGU.
- g) Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016.

### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- Lei Complementar nº 32, de 14/01/1993 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Lei Complementar nº 621, de 08/03/2012, vigente a partir de 08/06/2012 - Nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Resolução TCES Nº 261, de 04/06/2013 – Novo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- Instruções Normativas nº 34/2015, 40/2016 e 43/2017 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES e alterações - Regulamenta a remessa ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio da internet, dos dados da prestação de contas anual das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 e dá outras providências.

### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- Lei Orgânica do Município de Vitória;
- Lei nº 5.983, de 01/10/2003 - Dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- Lei nº 6.529, de 29/12/2005 – Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Vitória - PMV;
- Lei nº 8.893, de 02/12/2015 – Altera o art. 10 da Lei nº 6.529, de 29 de dezembro de 2005 e dá outras providências;
- Lei nº 8.753/2014 - Institui o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;
- Lei nº 9.148/2017 – Altera a Lei nº 8.753/2014 - Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

- Decreto nº 7.533, de 18/05/1987 – Institui a Comissão de Administração Financeira e Orçamentária – COMAFO – alterado pelos Decretos nºs 7.628/1987 e 7710 de 1988 - (VIGÊNCIA ATÉ 29/03/2016 – REVOGADOS PELO Decreto Nº 16653/2016, de 30/03/2016);
- Decreto nº 11827/03, de 23/12/2003 – Regulamenta a Lei 5.983/2003 que dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- Decreto nº 16.372/2015 – Dispõe sobre medidas que restabelece o equilíbrio econômico financeiro no âmbito da administração direta e indireta;
- Decreto nº 16.379/2015 -Regulamenta o Sistema de Registro de Preços - SRP, instituído pela Lei nº 8.753, de 19 de novembro de 2014, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Vitória;
- Decreto nº 17.107/2017 de 21.07.2017 - Institui no âmbito do Poder Executivo Municipal a Comissão de Avaliação Orçamentária e Financeira – CAOF, extingue o Comitê Gestor e dá outras providências;
- Decreto nº 17.213/2017 Publicado em 13/11/2017 - Cria a Comissão Permanente de Redução de Despesas com a finalidade de estabelecer prioridades e metas para adoção de medidas para controle e redução de custos no âmbito da Administração Pública Municipal;
- Decreto nº 17.303/2018, publicado em 15/02/2018 - Dispõe sobre a programação financeira da despesa, o cronograma de execução mensal de desembolso com vista à compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, o desdobramento da receita prevista na Lei Orçamentária Anual em metas bimestrais de arrecadação do Poder Executivo para o exercício de 2018;
- Decreto nº 17.289/2018, publicado 16/02/2018 - Institui a Política Municipal de Monitoramento de Indicadores de desempenho de políticas públicas do Município;
- Portaria Conjunta nº 001/2007 CGM/PGM de 19 de Janeiro de 2007;
- Portaria CGM nº 011/2017, de 06/09/2017, que Institui novo check list;
- Portaria SEMAD nº 146, de 06/11/2007 – Aprova o Manual de Procedimentos para Abertura, Tramitação e Manuseio de Processos Administrativos;
- Norma de Procedimento **SCO-NP 01**, de 30/06/2012 - Empenho da Despesa;
- Norma de Procedimento **SCO-NP 02**, de 30/06/2012 - Liquidação e Pagamento de Despesa;
- Norma de Procedimento **NP 02.02**, de 13/02/2007 e **SCL-NP 05**, de 17/04/2014 – Aquisição de Materiais, Bens e Serviços;
- Norma de Procedimento **NP 02.03**, de 23/09/2005 Aquisição de Bens e Serviços Lei nº 8.666/93 - dispensa (art. 24, inciso III, em diante) / inexigibilidade (art.25) e SCL – NP 06 - Aquisição de materiais e serviços - lei nº 8.666/93 - dispensa (art. 24, inciso iii, em diante) / inexigibilidade (art. 25);
- Norma de procedimento - **SCL – NP 07** - sistema de registro de preços;
- Norma de Procedimento **NP 02.04**, de 13/02/2007 – Aditamento de Contrato;
- Manual de Gestão de Contratos – MGC - Instituído pela Portaria CGM nº 01/2014, datada de 02/01/2014, publicada em 08/01/2014;
- Orientação Técnica CGM nº 01/2018 - Procedimentos para futuras contratações e revisão de contratos administrativos de prestação de serviços com locação de mão de obra.